



MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

www.pmvc.ba.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL
VITÓRIA DA CONQUISTA
PROPOSIÇÃO LIDA

EM 15/10/2019


Luciano Gomes
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 21, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a desafetação de 5.753,13m² de área verde do Loteamento Chácaras Boa Vista; 3.688,69m² de via pública do Loteamento Chácaras Boa Vista; 5.367,59m² de faixa de domínio de via pública do Loteamento Chácaras Boa Vista, autorizando a alienação para particular, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, especialmente o que dispõe o art. 75, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica desafetado da qualidade de uso comum do povo, passando a integrar a categoria dos bens patrimoniais do Município disponíveis para alienação, o imóvel com área total de 14.813,41m² (quatorze mil oitocentos e treze e quarenta e um metros quadrados), de acordo anexo I, identificados, descritos e caracterizados da forma a seguir:

I – Área “A” correspondente a parte de área verde do Loteamento Chácaras Boa Vista com 2.664,29m² (dois mil seiscentos e sessenta e quatro e vinte e nove metros quadrados), confrontando-se a direita com a Rua Circular 08 do Loteamento Chácaras Boa Vista e a esquerda com a Avenida F do Loteamento Santa Tereza;

II – Área “B” correspondente a parte de área de logradouro público denominada Avenida PA-2 com 2.383,67m² (dois mil trezentos e oitenta e três e sessenta e sete metros quadrados), confrontando-se a direita com a Rua Circular 08 do Loteamento Chácaras Boa Vista e a esquerda com a Avenida F do Loteamento Santa Tereza;

III - Área “C” correspondente a parte de área verde do Loteamento Chácaras Boa Vista com 2.504,55m² (dois mil quinhentos e quatro e cinquenta e cinco metros quadrados), confrontando-se a direita com a Avenida 02 do Loteamento Chácaras Boa Vista e a esquerda com a Avenida F do Loteamento Santa Tereza;

IV - Área “D” correspondente a parte de área de faixa de domínio da Via Central do Loteamento Chácaras Boa Vista com 3.261,51m² (três mil duzentos e sessenta e um e cinquenta e um metros quadrados), confrontando-se a direita com a Avenida 02 do Loteamento Chácaras Boa Vista e a esquerda com a Avenida F do Loteamento Santa Tereza;

V - Área “E” correspondente a parte de área de logradouro público da Via Central do Loteamento Chácaras Boa Vista com 1.305,02m² (hum mil trezentos e cinco e dois metros quadrados), confrontando-se a direita com a Avenida 02 do Loteamento Chácaras Boa Vista e a esquerda com a Avenida F do Loteamento Santa Tereza e faixa marginal do Eixo do Anel Rodoviário Jadiel Matos;

VI - Área “F” correspondente a parte de área de faixa de domínio da Via Central do Loteamento Chácaras Boa Vista com 2.106,08m² (dois mil cento e seis e oito metros quadrados), confrontando-se a direita com a Avenida 02 do Loteamento Chácaras Boa Vista e a esquerda com a faixa marginal do Eixo do Anel Rodoviário Jadiel Matos;





MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

www.pmvc.ba.gov.br

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 21, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

VII - Área “G” correspondente a parte de área verde do Loteamento Chácaras Boa Vista com 588,29m² (quinhentos e oitenta e oito e vinte e nove metros quadrados), confrontando-se a direita com a Avenida 02 do Loteamento Chácaras Boa Vista e a esquerda com a faixa marginal do Eixo do Anel Rodoviário Jadiel Matos.

Parágrafo único. As áreas discriminadas nos incisos do artigo 1º estão avaliadas em R\$ 902.606,58 (novecentos e dois mil seiscentos e seis reais e sessenta e oito centavos), em laudo de setembro de 2019.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a titularidade da totalidade da área de que trata o artigo 1º desta Lei a ODEMAR RIBEIRO CASTRO, brasileiro, divorciado, hoteleiro, filho de Aristides Prospero Bomfim Castro e Ana Maria Ribeiro Castro, portador da cédula de identidade RG nº 222300175 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.122.685-04, residente na Rua 02, Quadra 03, Lote 340, Bairro Boa Vista, Vitória da Conquista – Bahia, mediante o desembolso da quantia certa de R\$ 902.606,58 (novecentos e dois mil seiscentos e seis reais e sessenta e oito centavos), com fundamento no Laudo de Avaliação, ou mediante Termo de Conclusão de Permuta em Obras, no supracitado valor de avaliação, sempre atualizado monetariamente até a data do desembolso ou da assinatura do Termo de Permuta.

Parágrafo único. Para o cálculo de atualização a que se refere essa Lei, será utilizado o IPC/FIPE - Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, ou no caso de extinção deste, o índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º Todas as despesas decorrentes da lavratura e registro da escritura pública junto à Circunscrição Imobiliária competente, de averbações e demais atos necessários serão de encargo do particular Odemar Ribeiro Castro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herzem Gusmão Pereira

Prefeito Municipal





Município de Vitória da Conquista

Estado da Bahia

CÂMARA MUNICIPAL
VITÓRIA DA CONQUISTA
PROPOSIÇÃO LIDA
EM 25/10/2019


Luciano Gomes
PRESIDENTE

MENSAGEM Nº 27 - Projeto de Lei Ordinária nº 021/2019

Vitória da Conquista, 21 de outubro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
LUCIANO GOMES
Presidente da Câmara de Vereadores
Vitória da Conquista

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência e a seus dignos pares o Projeto de Lei Ordinária 021, de 21 de outubro de 2019, pelo qual é proposto que área integrante do patrimônio público municipal, totalizando 14.813,41m² (quatorze mil oitocentos e treze e quarenta e um metros quadrados), seja permutada com particular.

A área objeto da permuta foi edificada durante gestões antecessoras – segundo relato do particular, as primeiras edificações foram erguidas em 2008 – sendo que o proprietário buscou regularizar a situação da construção em 2018, ao solicitar o alvará de funcionamento, momento em que a Seinfra indeferiu o pedido (processo urbanismo nº 000138/2019) ao constatar que se trata de edificação erguida em área pública municipal.

A mediação foi pautada nos fatos (i) de o particular ostentar documento de posse lavrado no 3º Cartório de Registro de Notas, (ii) de não constar em escritura pública a titularidade do Município sobre a área, o que impede os efeitos do domínio contra terceiros, sendo a titularidade respaldada na planta baixa do loteamento devidamente aprovada na prefeitura, (iii) de que a administração pública “dormiu” por quase 10 anos no dever de exercer a fiscalização e (iv) no fato de a edificação erguida irregularmente ser destinada ao funcionamento de pousada em cujo projeto econômico consta a projeção de oferta de cerca de meia centena de vagas de emprego.

Assim, venho compartilhar, para fins de avaliação e decisão deste Poder Legislativo, o juízo de ponderação de que, no caso em questão, a estrita legalidade seja





Município de Vitória da Conquista Estado da Bahia

flexibilizada para evitar a consequência de ação demolitória do empreendimento gerador de empregos.

O interesse público do Município, portanto, ao pedir a presente autorização legislativa para alienação do bem público patrimonial descrito no PLO nº 021, de 2019, configura-se no contexto de desemprego por que passa todo o país a partir da recessão econômica iniciada em 2014, sendo que compete ao município, no que for ao alcance, promover a realização do direito social ao trabalho.

Pelo exposto é que submeto este projeto de lei à apreciação das vereadoras e vereadores, para que a solução a ser adotada em respeito ao patrimônio público municipal resulte da interpretação conjunta dos poderes Executivo e Legislativo.

Atenciosamente,

Herzem Gusmão Pereira

Prefeito Municipal

